

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: IMPLICAÇÕES NAS PRÁTICAS INCLUSIVAS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA INTELECTUAL

Glaucia Eunice Goncalves da Silva

Resumo

Este trabalho problematiza as práticas inclusivas a partir do funcionamento das salas de recurso multifuncional e os dispositivos digitais disponíveis nestes espaços pedagógicos voltados pra a inclusão da pessoa com deficiência intelectual na rede municipal de ensino de Várzea Grande-MT. A metodologia abordada baseou-se em numa perspectiva qualitativa e a coleta de dados realizou-se através de análise documental. O estudo baseou-se em documento disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação de Várzea Grande e Ministério da Educação. A análise demonstrou que a inclusão das pessoas com deficiência intelectual é uma prática em movimento que exige tensionamentos constantes na construção e efetivação de políticas inclusivas.

Palavras-chaves: Tecnologias da informação e comunicação. Pessoa com deficiência. Sala de recurso multifuncional.

A inclusão da pessoa com deficiência intelectual na escola comum potencializa o desenvolvimento destes sujeitos, visto que “a inteligência ou a cognição são resultados’ de redes complexas onde interagem um grande número de atores humanos, biológicos e técnicos.” (LEVY, 1993, p.137) Nesse sentido, as tecnologias da informação e da comunicação (TIC) aparecem como recursos para potencializar as relações humanas ocorrentes na escola, já que a pessoa não tem seu potencial cognitivo determinado biologicamente, as possibilidades humanas devem ser compreendidas numa perspectiva rizomática que transgride as classificações evolutivas e arborescentes.

As TIC ampliam o repertório de signos, os sistemas de armazenamento, gestão e acesso a informação impulsionando o desenvolvimento da pessoa com deficiência intelectual. Há de se considerar que as TIC transformaram numerosos aspectos da vida e faz imergir novas perspectivas educativas. “Esta circunstância ajuda a explicar porque praticamente todas as perspectivas sobre o ensino e aprendizagem podem argumentar que encontraram no computador um aliado de valor inestimável” (SANCHO, 2006, p.21).

Isso não significar eleger o computador ou qualquer outro dispositivo digital como solução pedagógica para a inclusão da pessoa com deficiência intelectual, mas

considerar as vastas possibilidades oferecidas por estes dispositivos na construção da autonomia, no desenvolvimento cognitivo e na ampliação das relações sociais, a partir de todos os recursos textuais, sonoros, imagéticos oferecidos por esses equipamentos disponíveis na Sala de Recurso Multifuncional.

Assim, este artigo objetiva investigar as práticas inclusivas a partir do funcionamento das salas de recurso multifuncional e os dispositivos digitais disponíveis nestes espaços pedagógicos voltados pra a inclusão da pessoa com deficiência intelectual na rede municipal de ensino de Várzea Grande-MT. Para o alcance do objetivo proposto nesta pesquisa decidiu-se analisar documentos que descrevem as políticas pedagógicas voltadas à inclusão da pessoa com deficiência. O estudo baseou-se em documento disponibilizados pela Secretaria Municipal de Educação de Várzea Grande e Ministério da Educação.

SRM, AEE E DISPOSITIVOS DIGITAIS: ARTICULAÇÃO DE ALGUNS ELEMENTOS EM BUSCA DA INCLUSÃO

A garantia de Salas de Recursos Multifuncionais nas escolas comuns da rede pública de ensino atende as reivindicações de diversos segmentos sociais para a promoção da inclusão escolar das pessoas com deficiência, pois não basta o acesso a escola comum, é necessário que os alunos adentrem esses espaços para, assim como todas as crianças, garantir aprendizagem e desenvolvimento.

Não podemos negar que alguns alunos, principalmente aqueles que têm certos tipos de deficiência, precisam de cuidado especial para que possam ter pleno acesso à educação. No entanto, tal não pode significar seu confinamento em uma sala/escola, longe dos demais. Ao contrário, deve-se oferecer subsídios para que os alunos com deficiência possam aprender conteúdos específicos concomitantemente ao ensino comum. (FÁVERO, 2004, p. 30)

O AEE é o subsídio necessário e complementar que se destina ao atendimento de especificidades dos alunos com deficiência, utilizando todos os recursos disponíveis a fim de eliminar as barreiras que impedem o desenvolvimento e a plenitude humana destes sujeitos. Trata-se de é um direito da pessoa com deficiência consubstanciado na Constituição Federal,

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; (BRASIL, 2014)

Assim, é pertinente compreender o funcionamento desse serviço que identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminam as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas características identitárias. O AEE disponibiliza o ensino de linguagens e códigos específicos de comunicação e tecnologias que complementam e/ou suplementam a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela.

O AEE é um espaço que atende as necessidades de vários segmentos escolares. É útil aos alunos com deficiência quando as características identitárias destes alunos exigem mais tempo na escola e atuação específica de um professor junto a esta criança, investigando seus saberes, desvendando suas potencialidades, propondo atividades específicas de intervenção e desenvolvimento. A avaliação realizada pelo professor do AEE, por sua vez, contribui com o professor regente que não tem o tempo disponível para realizar um estudo mais profundo sobre os alunos com deficiência. O professor regente recebe informações que permite um o planejamento que contemple as necessidades educativas do aluno com deficiência na sala de aula regular. Os pais sentem-se mais seguros ao saber que há um professor com conhecimentos sobre Educação Especial para contribuir na inclusão do aluno com deficiência na escola regular. O professor de AEE está disponível para esclarecer dúvidas de toda comunidade escolar sobre os alunos com deficiência e as implicações destas condições junto à escola.

O AEE exige um professor para atuar na sala de recurso multifuncional e atende um grupo específico. O público-alvo do AEE é constituído por alunos com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. Considera-se alunos com deficiência aqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, que em interação com diversas barreiras podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório restrito

de interesses e atividades estereotipadas e repetitivas. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo, síndromes do espectro autista e psicose infantil. Alunos com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isoladas ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. (BRASIL, 2008)

Ao professor de AEE cabe realizar a avaliação diagnóstica a fim de verificar as necessidades educativas especiais a partir de todos os dados coletados, inclusive com a família e professor regente, elaborar o plano individual de atendimento, propor atividades específicas de acordo com as necessidades educativas, articular os saberes escolares com as vivências diárias, preparando o aluno para o convívio social. Dentre as muitas atribuições que envolve o professor de AEE, neste artigo pretende-se enfatizar a importância de programar, acompanhar e avaliar a funcionalidade e aplicabilidade dos dispositivos digitais voltados para o uso das TIC disponíveis na sala de recurso multifuncional, pois uso das TIC permitem ressignificar o conceito de conhecimento e a partir das mediações pedagógicas proporcionar novas aprendizagens.

A importância educacional das TIC vai além do ambiente escolar. Como instrumento favorável à construção do conhecimento científico nas mais diversas áreas, propicia a incorporação de modelos científicos aos ambientes escolares e a formação de novos ambientes de aprendizagens. Sua importância está, sobretudo, fora das salas de aulas, ou seja, na preparação dos indivíduos para assimilar e incorporar mudanças, para pensarem mais criativamente, desenvolverem parcerias e mudarem valores. A era da sociedade da informação exige dos professores habilidades cada vez mais flexíveis, pois depende deles a condução das mudanças necessárias. Eles precisam entender que a capacidade das TIC de propiciar aquisição de conhecimento individual e independente supõe um currículo mais flexível e desafia o currículo tradicional e a filosofia educacional predominante. (ROSA; CECÍLIO, 2010, p. 122)

Percebe-se que o uso das TIC, assim como a inclusão das pessoas com deficiência requer o rompimento com fronteiras fixas e estáveis, buscando desenvolver capacidades que favoreçam a processualidade da vida, cabendo ao AEE implodir a lógica da normalidade, da mesmice, da centralidade, dos rótulos, da ausência tecnológica. A proposta é, então, de que esse espaço pedagógico materializado na sala de recurso multifuncional opere com ressignificações que produza novos territórios existenciais, apropriando-se de todos dispositivos que a humanidade consiga produzir.

O AEE não cumpriria sua função de ampliação das possibilidades de aprendizagem se não houvesse uma diversidade de recursos complementares aquelas existentes na sala de aula regular. Investigou-se quais são os dispositivos digitais e materiais pedagógicos disponíveis a todas as salas através do Programa Sala de Recurso Multifuncional.

MATERIAIS DISPONÍVEIS
Microcomputadores com gravador de CD e leitor de DVD
Estabilizadores
Scanner
Impressora a laser
Teclado com colméia
Mouse com entrada para acionador
Acionador de pressão
Bandinha rítmica
Dominó
Material dourado
Esquema corporal
Jogo de memória de numerais
Quebra-cabeça em forma de tapete
Software para comunicação alternativa – Boardmaker
Sacola com peças para encaixe
Quebra-cabeças de sequência lógica
Dominó de animais em Língua de Sinais
Memória de antônimos em Língua de Sinais
Lupa manual
Lupa eletrônica
Dominó com Textura
Plano Inclinado
Mesa redonda
Cadeiras para computador
Cadeiras para mesa redonda
Armário de aço
Mesa para computador
Mesa para impressora
Quadro melanínico
Notebook

Fonte: SECADI/MEC

Os meios eletrônicos disponíveis na sala de recurso multifuncional possibilitam aos alunos com deficiência o acesso as TIC, e, conseqüentemente a aquisição, armazenamento, processamento de informações. Tais recursos permitem uma circulação de informações em velocidades e quantidades, criando novas formas e canais de comunicação, moldando a vida e, ao mesmo sendo moldadas, por ela. A comunicação passa a ser processada de muitos para muitos, facilitando a disseminação de informações e a socialização do conhecimento gerando uma gama enorme de comunidades virtuais. Essa gama de informação possibilita a construção de conhecimentos e aprendizagens para os alunos com deficiência intelectual.

Daí a importância destes instrumentos como ferramentas cognitivas, associados à utilização de ambientes digitais/virtuais de comunicação que fazem uso da expressão textual e gráfica. Illera (1997) considera que “os computadores são instrumentos privilegiados, de mediação entre as atividades de ensino e a assimilação cognitiva.” Para este autor, apesar de ser a linguagem uma ferramenta por excelência, os computadores permitem uma relação de associação e de compartilhar a cognição, de distribuir a inteligência entre vários usuários de uma rede de computadores. (SANTAROSA, 2010, p. 31)

O uso dos recursos tecnológicos disponíveis nas salas de recurso permite caminhos alternativos de desenvolvimento aos alunos com deficiência intelectual, essas aprendizagens são proporcionadas a partir das relações sociais e mediadas pelos signos e instrumentos oferecidos nesse espaço pedagógico. Então vale dizer que há relevante importância nos recursos materiais, contudo todos os equipamentos tornam-se inúteis quando tais dispositivos têm o fim em si mesmo, desconsiderando as formas de se relacionar com o saber, com o ensinar e o aprender.

Assim na perspectiva histórico-cultural, os recursos disponíveis na sala de recurso multifuncional são concebidos como instrumentos de mediação a partir da potencialização da sua interação social no mundo, é a possibilidade de relacionar-se, de entender e ser entendido, de comunicar-se com os demais, o que impulsiona o desenvolvimento do homem.

DEFICIÊNCIA E INCLUSÃO EM VÁRZEA GRANDE: TENSIONAMENTOS E PERSPECTIVAS

Na atualidade, a escola encontra pela frente o desafio de buscar soluções que garantam o acesso, a permanência e a aprendizagem aos alunos com deficiência. Muitos

municípios brasileiros já têm respondido a este chamado, apresentando em sua rede um número considerável de alunos com deficiência. Esta pesquisa apresenta dados sobre a inclusão e o AEE nas escolas municipais da rede municipal de ensino de Várzea Grande-MT.

Várzea Grande é um município que compõe o estado de Mato Grosso está localizado na região metropolitana de Cuiabá. A cidade conta com uma rede pública financiada pelo Estado e Município e com a rede privada. Em 2001, organizou-se a oferta de ensino em instituição escolar através da Lei nº 2363 e criou-se o Sistema Municipal de Ensino que supõe uma articulação entre as diferentes esferas que compõe o sistema de ensino no município, contudo, nesta pesquisa, o lócus de estudo é a rede municipal composta pelas modalidades de Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino de Jovens e Adultos.

A rede municipal contou, em 2013, com 22343 alunos distribuídos da seguinte maneira:

Número de alunos matriculados – Ano 2013				
Creche	Pré-escola	Ensino fundamental		EJA
		Anos iniciais	Anos finais	
1460	5984	13558	968	373

Fonte: Censo Escolar 2013/INEP

A rede municipal de ensino no município de Várzea Grande não tem escolas e nem salas especiais, sendo que todos os alunos que aparecem no Censo Escolar estão matriculados em salas regulares nas escolas comuns. Essa postura fortalece os princípios da educação inclusiva, pois sem a intenção de negar a validade e a importância de experiências desenvolvidas em escolas específicas ou em determinadas salas de aula, os processos de educação vivenciados nas escolas exclusivas podem comprometer sua continuidade em anos posteriores, por não permitir ao aluno experienciar o convívio humano em sua diversidade identitária. (MANTOAN, 2006)

A escola comum professa a inclusão como garantia de avanços em nossa democracia, assegurando o direito inalienável de educação para todos. Nesse processo de construção coletiva de identidade exercitamos a alteridade, a possibilidade de relação com o *outro* e experienciamos a existência enquanto devir. Devir entendido

filosoficamente como designação de todas as formas, do tornar-se, do vir-a-ser, do modificar-se, do acontecer, numa perspectiva de mudança e movimento constante.

A proposta é, então, a de que se tensione o discurso da diferença nos pontos em que ele tende à segregação, à justificativa orgânica e associada à distinção de identidades. Instigar essa tensão é fazer emergirem ações, atitudes, representações e conceitos que compõe a trama da sociedade normalizadora e operar com suas ressignificações. (PAN, 2008)

Dessa forma, esta pesquisa é realizada em um contexto em que o aluno com deficiência intelectual está em escolas que independente das necessidades e características individuais há manifestações de diversas identidades, sem segregar, selecionar ou preterir qualquer uma delas.

Na rede municipal de Várzea Grande, os alunos com deficiências totalizam 478, distribuídos da seguinte forma:

Número de alunos matriculados (Esfera Municipal) – Ano 2013				
Creche	Pré-escola	Ensino fundamental		EJA
		Anos iniciais	Anos finais	
24	55	372	27	0

Fonte: Censo Escolar 2013/INEP

Esse número retrata todas as deficiências, pois não há dados específicos disponibilizados pelo Censo Escolar. Quanto aos, números há de se questionar o percentual de alunos declarados oficialmente no Censo Escolar, estima-se que a população brasileira apresente dez por cento de pessoas com deficiências, contudo, esse percentual não aparece no número de alunos matriculados, demonstrando que o acesso à escola, ainda é um problema a ser enfrentado para que a inclusão de fato se efetive.

Tratando-se da inclusão de jovens e adultos percebe-se que a rede não conta com nenhum aluno, expondo a situação de exclusão enfrentada pelo adulto com deficiência. Para Siems (2012), a Educação de Jovens e Adultos com deficiência enfrenta muitos desafios, pois o exercício da docência neste campo tem sido assumido por profissionais das mais diversas áreas, sem qualquer formação específica, cujos profissionais apresentem um perfil de afetividade, solidariedade humana e benevolência, sem o domínio das ciências fundantes do fazer pedagógico.

As pesquisas realizadas pela autora constataam que muitos dos jovens e adultos quando chegam às turmas de EJA no ensino regular, são alunos que trazem vivências educacionais em instituições especializadas e que vivenciam as dificuldades peculiares ao enquadramento em uma situação de ensino não projetada para atender as suas condições e interesses. Da mesma maneira, que o aluno que aprendeu a conviver em um ambiente segregado e com pouca autonomia apresenta dificuldades nos processos de socialização.

No tocante a inclusão de jovens e adultos com deficiência na rede municipal de ensino de Várzea Grande, percebe-se que este é um ponto que exige ações do poder público na produção de políticas educacionais efetivas juntamente com a investigação de pesquisadores voltados para o conhecimento deste fenômeno a fim de garantir o direito à educação aos jovens e adultos do município.

Com a democratização do ensino, a escola tem se aberto para grupos sociais que antes não acolhia, todavia os dados demonstram que o acesso ainda é um obstáculo a ser enfrentado. Nos debates sobre inclusão, a aprendizagem das pessoas com deficiência é outra questão a ser tensionada e as salas de recurso multifuncional ganham centralidades nestas discussões.

SALAS DE RECURSO MULTIFUNCIONAL DE VÁRZEA GRANDE: ENTRAVES E POSSIBILIDADES NA CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A concepção da educação inclusiva compreende o processo educacional como um todo, pressupondo a implementação de uma política estruturante nos sistemas de ensino que altere a organização da escola, de modo a superar os modelos de integração em escolas e classes especiais. A rede municipal de ensino, assim como a escola devem cumprir sua função social, construindo uma proposta pedagógica articulada, capaz de valorizar as diferenças, com a oferta da escolarização nas classes comuns do ensino regular e do atendimento as necessidades específicas dos seus alunos, nesse processo torna-se fundamental o apoio do atendimento educacional especializado juntamente com equipe de apoio multidisciplinar. Nesta perspectiva, para atender a demanda dos alunos com deficiência, o Ministério da Educação contemplou 26 escolas da rede municipal com o Projeto Salas de Recursos Multifuncionais para o funcionamento do Atendimento Educacional Especializado. (BRASIL, 2014)

Há um longo percurso para que de fato as políticas públicas se concretizem. Essa assertiva torna-se verdadeira quando analisamos os dados coletados sobre o funcionamento do AEE no município estudado. De acordo com o documento orientativo para o funcionamento do Programa Sala de Recurso Multifuncional do Ministério da Educação cabe ao MEC: aquisição dos recursos que compõem as salas; informação sobre a disponibilização das salas e critérios adotados; monitoramento da entrega e instalação dos itens às escolas; orientação aos sistemas de ensino para a organização e oferta do AEE; cadastro das escolas com sala de recursos multifuncionais implantadas; promoção da formação continuada de professores para o AEE; atualização dos recursos das salas implantadas pelo Programa; apoio à acessibilidade nas escolas com salas implantadas.

Os dados coletados demonstraram que todas as 26 salas contempladas pelo Projeto Sala de Recurso Multifuncional receberam todos os equipamentos eletrônicos e a maior parte dos materiais pedagógicos. Para o funcionamento da sala, caberia ao município fornecer o espaço e o professor que tenha os conhecimentos necessários em educação especial. Assim, pesquisou-se junto a Secretaria Municipal de Educação sobre o funcionamento das salas de recurso multifuncional no ano de 2014 e os documentos fornecidos informaram os seguintes dados:

Salas de recursos multifuncional do município de Várzea Grande -AEE

Escola	Situação de funcionamento	Tempo de funcionamento
Escola A	Desativado	
Escola B	Inativo temporariamente- professor licenciado	20 horas
Escola C	Ativo	40 horas
Escola D	Ativo	20 horas
Escola E	Ativo	20 horas
Escola F	Ativo	20 horas
Escola G	Ativo	20 horas
Escola H	Ativo	20 horas
Escola I	Ativo	20 horas
Escola J	Desativado	
Escola K	Ativo	40 horas
Escola L	Ativo	20 horas
Escola M	Desativado	40 horas
Escola N	Desativado	
Escola O	Desativado	
Escola P	Desativado	
Escola Q	Ativo	20 horas
Escola R	Ativo	20 horas
Escola S	Ativo	20 horas
Escola T	Ativo	20 horas
Escola U	Ativo	20 horas

Escola V	Desativado	
Escola W	Desativado	
Escola X	Ativado	40 horas
Escola Y	Desativado	
Escola Z	Desativado	
Escola Ω	Ativo (sem vínculo com o Programa Sala de recurso Multifuncional)	40 horas

Fonte: Secretaria Municipal de Educação

As lutas em torno da inclusão da pessoa com deficiência na escola regular têm mostrado a importância do atendimento educacional especializado enquanto mecanismo específico cuja intencionalidade é atender as especificidades dos alunos que possuem singularidades que irão demandar atenção metodológica diferenciada sem negligenciar as aprendizagens comuns através da convivência coletiva, cabendo a professora da sala de recurso multifuncional articular os saberes do aluno com deficiência ao plano de ensino da professora regente, promovendo um diálogo constante que favoreça o trabalho pedagógico, as relações entre os alunos, o fortalecimento da confiança dos pais na escola.

Ainda assim, os dados coletados demonstram que a rede municipal de Várzea Grande conta com 27 salas de recurso multifuncional, mas apenas 4 salas funcionam integralmente e 11 salas funcionam parcialmente. Essas práticas pedagógicas produzem consequências funestas para a inclusão. Os professores de sala de aula, sem auxílio do professor do AEE e da equipe multifuncional, ficam inseguros e sem saber como agir, acabam por confirmar as políticas educacionais pautadas nos projetos igualitaristas e universalistas da Modernidade que expurgam o que diferem do padrão. As relações identitárias entre os alunos são biologizadas e naturalizadas, inferiorizando os alunos com deficiência. Os pais percebem que os filhos ocupam o espaço físico da escola, mas não tem suas expectativas educativas atendidas, e por sua vez, descredita nos processos educativos que a escola regular pode oferecer.

O AEE é fundamental, já que quando se trata especificamente do aluno com deficiência intelectual, o professor da sala de recurso auxilia na avaliação constantemente das condições cognitivas do aluno e orienta o professor sobre as atividades a serem desenvolvidas para que o aluno avance nas suas atividades em sala de aula de forma que aluno esteja em sintonia com a turma. Cabe, ainda, ao professor de AEE, caso o professor regente apresente dificuldades, adaptar os conteúdos da sala regular à capacidade do aprendiz em regime de colaboração com professores e profissionais de apoio nos casos em que estes forem necessários.

Quanto ao uso das TIC, o AEE disponta como protagonista, pois os dados demonstram que este espaço deve funcionar como um dissipador das TIC, já que é o único local que está garantido a presença de tecnologias e exige-se que o profissional que atue no espaço conheça e faça uso desses recursos, portanto o não funcionamento desse espaço anula a disseminação destes recursos. De acordo com os documentos analisados, os dispositivos digitais são instalados em salas específicas destinadas ao funcionamento da sala de recurso multifuncional. Os materiais estão disponíveis nas salas de recursos, mas não cumprem sua finalidade de atender ao aluno com deficiência, já que a o atendimento está desativado. Neste caso, caberá investigar nas pesquisas posteriores a destinação dos equipamentos existentes nestes espaços pedagógicos, já que há um alto investimento de recursos públicos, há alunos disponíveis matriculados na rede municipal e o serviço com garantia constitucional não é oferecido.

Os dados demonstram uma dura realidade na consolidação das políticas públicas voltadas para inclusão, há materiais disponíveis, evidências demonstrando a importância dos recursos tecnológicos e o tensionamento constante de movimentos sociais em busca da inclusão, ainda assim, percebe-se as dificuldades em garantir o AEE para os alunos com deficiência. Os dados denunciam o tamanho da luta que há por se fazer se quiser construir uma escola inclusiva com responsabilidade.

CONSIDERAÇÕES CONTINGENCIAIS

A pesquisa demonstrou que a inclusão das pessoas com deficiência intelectual é um movimento que exige tensionamentos constantes, exigindo o engajamento de todos aqueles que acreditam que educação é um direito universal a toda e qualquer pessoa humana. Assim, a inclusão exige construção e consolidação de políticas educacionais inclusivas. Este processo exige atenção, pois a inclusão está em movimento, sendo necessário buscar avanços e evitar retrocessos. Exige-se atenção, pois as condições favoráveis à inclusão não são dadas são construídas num processo contínuo e será um erro acreditar que teremos que alcançar a condição ideal para só então o aluno com deficiência ter acesso a escola. Isso não significa também matricular o aluno na escola regular, sobre um falso discurso de inclusão e expondo-o a condições vexatórias ou sub-humanas. Quando trata-se de inclusão, o bom senso é um excelente indicativo.

A desativação de algumas salas de recurso demonstra a complexidade das políticas educacionais, há documentos reconhecidos pelo Poder Público que validam a

importância do AEE, há programas que disponibilizam materiais, contudo, na rede municipal o atendimento para a pessoa com deficiência ainda é negado, tendo uma parcela de alunos matriculados que não tem acesso ao serviço. Cabe aos alunos, pais, professores, entidades e Ministério Público tensionar estas políticas na consolidação do direito à educação para ativação das salas de recursos já concebidas e ampliação do tempo de funcionamento.

Para o prosseguimento desta pesquisa buscar-se-á conhecer o funcionamento das salas que estão ativas, o uso dos recursos tecnológicos, a prática do professor e o desenvolvimento dos alunos com deficiência intelectual.

A sala de recurso multifuncional é um espaço colaborativo e disseminador das tecnologias disponíveis, assim, compreende-se que para a inclusão da pessoa com deficiência intelectual, as tecnologias existentes na sala de recurso devem estar disponíveis para todos os espaços da escola, permitindo que o aluno incorpore o uso das tecnologias a sua vida diária. Assim, a pessoa com deficiência poderá ampliar suas possibilidades funcionais na vida cotidiana, assim como desenvolver-se a partir das contribuições que estes recursos podem oferecer.

Em alusão metafórica, a inclusão da pessoa com deficiência na escola regular é um percurso que começou a ser trilhado, as tecnologias são instrumentos prodigiosos nesta travessia e o AEE é o espaço que contribui na logística desse processo.

REFERENCIAIS BIBLIOGRÁFICOS

BRASIL. **Política nacional de educação especial na perspectiva da educação inclusiva**. Brasília, 2008.

_____. **Salas de recursos multifuncionais e kits de atualização com implantação iniciada**. Disponível em: <http://painel.mec.gov.br/painel/detalhamentoIndicador/detalhes/municipio/muncod/5108402> Acesso em: 28 de abr. de 2014.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 2014.

FÁVERO, E. A. G. **Direito das pessoas com deficiência: garantia de igualdade na diversidade**. Rio de Janeiro: WVA, 2004.

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na Era da Informática**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2004.

MANTOAN, M. T. E. **O desafio das diferenças nas escolas**. 4. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

PAN, M. **O direito à diferença: uma reflexão sobre a deficiência intelectual e educação inclusiva**. Curitiba: Ibpex, 2008.

ROSA, R.; CECÍLIO, S. Educação e o uso pedagógico das tecnologias da informação e comunicação: a produção do conhecimento em análise. **Educação em Foco**. Editora UFJF. Juiz de Fora. V.15, n.1, mar.2010.

SANTAROSA, L. M. C. (Org.) **Tecnologias digitais acessíveis**. Porto Alegre:JSM Comunicação Ltda, 2010.

SIEMS, M.E.R. Educação de jovens e adultos com deficiência: saberes e caminhos em construção. **Educação em Foco**. Editora UFJF. Juiz de Fora. V.16, n.2, set.2011.